

**O IMPACTO DO RACISMO ESTRUTURAL NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO
NEGRA**

**WHAT IS THE IMPACT OF STRUCTURAL RACISM ON THE QUALITY OF LIFE OF THE
BLACK POPULATION?**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.063-035>

Lilian de Souza Batista Silva

Mestranda em Letras

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: lilian.souza@ufrn.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9091894245765283>

Sandra Regina Gomes Trindade

Licenciada Plena em Pedagogia

Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: sandra.reginapedag@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4375029017430494>

Francisco Cazuza da Silva Sobrinho

Graduado em Letras

Instituto Federal da Paraíba

E-mail: cazuzadasilva@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4700472603819937>

Flávia Nayara Rodrigues da Silva Barbosa

Licenciatura em Educação Física

UNIFAMETRO

E-mail: profissionalflaviarodrigues@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5865688861598276>

Raiane Lima Silveira

Licenciada em Biologia

Universidade Tiradentes

E-mail: raianebiologa@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3563059258570525>

Luciene dos Santos Silva

Enfermeira Intensivista e Nefrologista

Centro Universitário Padre Anchieta

E-mail: lucienegbi1@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4871370141785479>

Jane Alves Lopes de Oliveira Cruz

Mestranda em Saúde Coletiva
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
E-mail: janealvescomercial@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1091053395806824>

Fabiana Loyde Wakai Jorge Pinho

Doutoranda em Saúde Coletiva
Universidade Católica de Santos - UNISANTOS
E-mail: fabiana.loyde@unisantos.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1480-7822>

Meiry Cristiane Richil de Carvalho

Mestranda em Agroecologia
Universidade Estadual de Roraima
Boa Vista - Roraima
E-mail: meiryrichil10@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2048503580746268>

Resumo

O racismo estrutural constitui um fenômeno histórico e social que influencia as condições de vida, saúde e bem-estar da população negra, contribuindo para a manutenção de desigualdades em diferentes contextos. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar os impactos do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra, considerando suas repercussões sociais, econômicas e sanitárias, bem como a importância das políticas públicas e das estratégias institucionais para a promoção da equidade racial. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida a partir de pesquisas publicadas entre 2021 e 2026, nos idiomas português e inglês, consultadas nas bases de dados SciELO, LILACS, MEDLINE, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde. A busca foi realizada por meio de descritores relacionados ao racismo estrutural, à qualidade de vida e à saúde da população negra. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 16 estudos para compor a amostra final. Os resultados evidenciaram que o racismo estrutural afeta negativamente o acesso à educação, aos serviços de saúde, ao mercado de trabalho e à participação política, além de influenciar indicadores relacionados à saúde mental, ao desenvolvimento humano e às condições de vida. Conclui-se que o enfrentamento das desigualdades raciais exige ações intersetoriais, políticas públicas efetivas e o fortalecimento de estratégias voltadas à promoção da justiça social e da equidade racial.

Palavras-chave: Desigualdade social; Equidade racial; População negra; Qualidade de vida; Racismo estrutural.

Abstract

Structural racism is a historical and social phenomenon that influences the living conditions, health, and well-being of the Black population, contributing to the maintenance of inequalities in different contexts. In this sense, the present study aimed to analyze the impacts of structural racism on the quality of life of the Black population, considering its social, economic, and health repercussions, as well as the importance of public policies and institutional strategies for promoting racial equity. This is an integrative literature review based on studies published between 2021 and 2026 in Portuguese and English and retrieved from the SciELO, LILACS, MEDLINE, PubMed, and Virtual Health Library databases. The search was conducted using descriptors related to structural racism, quality of life, and Black population health. After applying the inclusion and exclusion criteria, 16 studies were selected for the final sample. The findings showed that structural racism negatively affects access to education, health services, the labor market, and political participation, in addition to influencing indicators related to mental health, human development, and living conditions. It is concluded that confronting racial inequalities requires intersectoral actions, effective public policies, and the strengthening of strategies aimed at promoting social justice and racial equity.

Keywords: Black population; Quality of life; Racial equity; Social inequality; Structural racism.

1 INTRODUÇÃO

A população negra tem sido historicamente submetida a processos de exclusão social, econômica e política que influenciam diretamente suas condições de vida e saúde. Em diferentes sociedades, o racismo estrutural manifesta-se por meio de mecanismos institucionais e culturais que perpetuam desigualdades no acesso à educação, à renda, ao trabalho, à moradia e aos serviços públicos essenciais. Tais desigualdades afetam significativamente o bem-estar e o desenvolvimento de indivíduos negros, sobretudo entre os grupos socialmente mais vulneráveis (Anderson; Eisenberg; Zimmerman, 2023).

O conceito de racismo estrutural refere-se ao conjunto de normas, práticas e instituições que reproduzem privilégios e desvantagens com base em critérios raciais, influenciando diferentes dimensões da vida social. O racismo sistêmico e estrutural opera de maneira integrada, moldando oportunidades e limitando o acesso equitativo aos recursos necessários para a promoção da saúde e do bem-estar (Braveman et al., 2022). Além disso, a estratificação social baseada na raça produz efeitos cumulativos ao longo do tempo, contribuindo para a manutenção de disparidades persistentes entre grupos raciais (Brown; Homan, 2024).

No contexto brasileiro, a formação histórica marcada pela escravidão e pelas desigualdades sociais consolidou estruturas que ainda impactam a vida da população negra. Embora a Constituição da República

Federativa do Brasil de 1988 assegure a igualdade de direitos e repudie qualquer forma de discriminação (Brasil, 1988), a efetivação desses princípios enfrenta obstáculos relacionados às dinâmicas estruturais do racismo. Em complemento, a Lei n.º 7.716, de 1989, estabeleceu mecanismos jurídicos para a punição de crimes resultantes de preconceito racial, representando um importante avanço no combate às práticas discriminatórias (Brasil, 1989).

Apesar da existência de dispositivos legais voltados para a promoção da igualdade racial, as disparidades observadas em indicadores sociais e de saúde demonstram que as medidas normativas, por si só, não são suficientes para eliminar os efeitos do racismo estrutural. A criação do Estatuto da Igualdade Racial representou um marco na formulação de políticas públicas destinadas à garantia dos direitos da população negra (Brasil, 2010).

No âmbito da saúde pública, o reconhecimento das especificidades vivenciadas pela população negra levou à implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, cuja finalidade consiste em reduzir iniquidades e promover a equidade no sistema de saúde (Brasil, 2009). Entretanto, o racismo estrutural continua produzindo impactos significativos sobre a saúde física e mental, ampliando vulnerabilidades e agravando desigualdades históricas (Brondolo; Kaur; Flores, 2023).

Os efeitos do racismo estrutural sobre a qualidade de vida manifestam-se em diferentes etapas do ciclo vital e atingem múltiplas dimensões da experiência humana. Estudos recentes indicam que adolescentes negros enfrentam contextos marcados por discriminação, exclusão e limitações de acesso a recursos sociais, fatores que influenciam negativamente o desenvolvimento cognitivo, emocional e biológico (Gonçalves et al., 2025). De maneira semelhante, mulheres negras vivenciam, ao longo da vida reprodutiva, barreiras estruturais que comprometem sua saúde e restringem o exercício pleno de seus direitos (Chambers et al., 2021).

Além dos impactos individuais, o racismo estrutural produz consequências coletivas que afetam comunidades inteiras. A distribuição desigual de investimentos urbanos, oportunidades educacionais e serviços públicos contribui para a formação de territórios marcados por condições precárias de moradia, insegurança e menor acesso à assistência de qualidade. Os efeitos históricos do racismo permanecem inscritos nos espaços urbanos, influenciando a organização social dos bairros e reforçando padrões persistentes de desigualdade (Dyer et al., 2023).

A mensuração do racismo estrutural representa outro desafio relevante para a produção científica contemporânea. A construção de indicadores capazes de captar as múltiplas dimensões desse fenômeno exige a consideração de fatores econômicos, políticos e sociais interdependentes (Chantararat; Van Riper; Hardeman, 2021).

Paralelamente, investigações recentes apontam que intervenções estruturais podem contribuir para a redução das iniquidades raciais e para a melhoria dos indicadores populacionais de saúde. Políticas

voltadas para a ampliação do acesso à educação, à moradia digna, ao emprego e aos serviços de saúde apresentam potencial para mitigar os efeitos do racismo estrutural (Clark et al., 2022).

Diante desse cenário, torna-se evidente a relevância de aprofundar as discussões acerca dos impactos do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra. A persistência das desigualdades raciais, mesmo diante dos avanços legislativos e institucionais, evidencia a necessidade de ampliar o conhecimento científico sobre os determinantes sociais que sustentam essas disparidades.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra, considerando suas repercussões sociais, econômicas e sanitárias, bem como a importância das políticas públicas e das estratégias de enfrentamento para a promoção da equidade racial.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita a síntese e a análise crítica de evidências científicas acerca de determinado fenômeno, permitindo a ampliação do conhecimento sobre o impacto do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra. Esse tipo de investigação reúne resultados de estudos desenvolvidos por diferentes abordagens metodológicas, favorecendo a compreensão abrangente da temática e subsidiando a formulação de estratégias voltadas à promoção da equidade racial.

A revisão foi conduzida a partir da seguinte pergunta norteadora: quais são os impactos do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra descritos na literatura científica?

Para a construção da estratégia de busca, foram selecionados descritores indexados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e no Medical Subject Headings (MeSH), em português e inglês. Os termos utilizados foram: “racismo estrutural”, “qualidade de vida”, “população negra”, “saúde da população negra”, “structural racism”, “quality of life”, “Black population” e “Black health”. Os descritores foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, a fim de ampliar a sensibilidade e a especificidade da busca.

A coleta de dados foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A seleção dos estudos ocorreu considerando publicações disponíveis integralmente nos idiomas português e inglês.

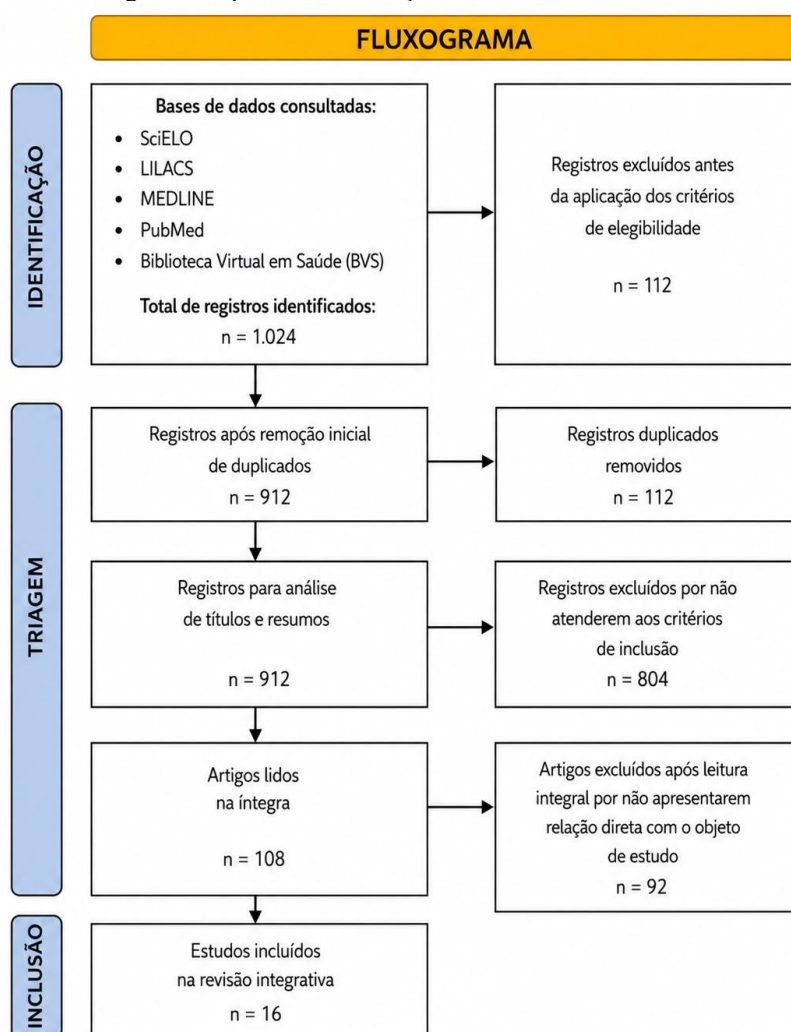
Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos científicos publicados entre 2021 e 2026; estudos disponíveis na íntegra; publicações nos idiomas português e inglês; pesquisas que abordassem diretamente a relação entre racismo estrutural e qualidade de vida da população negra; além de estudos originais, revisões e investigações com relevância para a temática proposta.

Por outro lado, os critérios de exclusão compreenderam trabalhos duplicados nas bases consultadas, dissertações, teses, monografias, editoriais, cartas ao editor, resumos publicados em anais de eventos, documentos institucionais sem revisão por pares e estudos que não apresentassem relação direta com o objeto desta pesquisa.

O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos selecionados ocorreu de forma sistemática, mediante leitura dos títulos, resumos e textos completos, visando assegurar a adequação das publicações aos critérios previamente estabelecidos.

O fluxograma referente às etapas de seleção dos artigos encontra-se representado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos incluídos na revisão integrativa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2026)

Após a definição da amostra final, os artigos foram submetidos à leitura analítica e à extração das informações relevantes, considerando aspectos como autoria, ano de publicação, objetivos, metodologia empregada e principais resultados relacionados aos impactos do racismo estrutural sobre a qualidade de

vida da população negra. Posteriormente, os dados foram organizados e interpretados de forma descritiva, permitindo a identificação de convergências e divergências entre os estudos selecionados.

Por se tratar de uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida a partir de dados secundários e de acesso público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, uma vez que a investigação não envolveu seres humanos de forma direta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca nas bases de dados selecionadas resultou na identificação de estudos relacionados ao impacto do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, bem como a remoção dos artigos duplicados e a leitura criteriosa dos títulos, resumos e textos completos, foram selecionados 16 estudos para compor a amostra final desta revisão integrativa.

As publicações analisadas, divulgadas entre 2021 e 2026, contemplaram diferentes delineamentos metodológicos e abordaram aspectos sociais, econômicos e sanitários associados às consequências do racismo estrutural, evidenciando seus efeitos sobre as condições de vida, o acesso aos serviços de saúde, a saúde mental e a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade racial.

A caracterização dos estudos incluídos na revisão encontra-se apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos selecionados para a revisão integrativa.

Autor/ano	Objetivo do estudo	Eixo do estudo	Principais achados
Chambers et al. (2021)	Compreender as percepções de mulheres negras acerca do racismo estrutural ao longo da vida reprodutiva e desenvolver um referencial conceitual para futuras investigações.	Saúde reprodutiva e desigualdades raciais.	Os resultados evidenciaram que o racismo estrutural permeia diferentes etapas da vida reprodutiva das mulheres negras, condicionando barreiras persistentes ao acesso aos serviços de saúde, à qualidade da assistência recebida e à obtenção de desfechos maternos mais favoráveis.
Chantararat, Van Riper e Hardeman (2021)	Desenvolver uma medida multidimensional para avaliar o racismo estrutural em diferentes contextos sociais.	Mensuração do racismo estrutural.	A investigação demonstrou a natureza multifacetada do racismo estrutural, ressaltando a necessidade de instrumentos analíticos capazes de mensurar, de forma integrada, os fatores sociais, econômicos e políticos envolvidos na produção das desigualdades raciais.
Homan, Brown e King (2021)	Analisar a interseccionalidade estrutural como uma nova perspectiva para	Interseccionalidade e saúde.	Os achados indicaram que a interação entre raça, gênero e condições socioeconômicas intensifica processos de vulnerabilização social, contribuindo

O IMPACTO DO RACISMO ESTRUTURAL NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA

	pesquisas sobre desigualdades em saúde.		para a ampliação das disparidades observadas nos indicadores de saúde.
Braveman et al. (2022)	Definir o racismo sistêmico e estrutural, discutir seus impactos sobre a saúde e apresentar estratégias de enfrentamento.	Conceitos e implicações para a saúde pública.	O estudo reconheceu o racismo estrutural como um determinante social central na produção de iniquidades em saúde, evidenciando seus efeitos sobre as oportunidades de vida e a necessidade de intervenções institucionais voltadas à promoção da equidade racial.
Clark et al. (2022)	Avaliar intervenções estruturais destinadas à redução das desigualdades raciais e seus efeitos sobre a saúde populacional.	Políticas públicas e equidade racial.	Os autores verificaram que estratégias estruturais relacionadas à educação, à habitação e ao acesso aos serviços de saúde apresentam potencial para reduzir disparidades raciais e promover melhorias nos indicadores de saúde coletiva.
Homan e Brown (2022)	Investigar a relação entre o racismo estrutural associado à exclusão política e a equidade em saúde.	Participação política e saúde coletiva.	A pesquisa demonstrou que mecanismos institucionais de exclusão política da população negra repercutem negativamente sobre a distribuição equitativa de recursos e sobre as condições de saúde da população.
Lafave et al. (2022)	Revisar as evidências científicas sobre os efeitos do racismo na saúde da população negra idosa.	Envelhecimento e saúde da população negra.	A revisão identificou associações consistentes entre experiências de discriminação racial e o agravamento de indicadores físicos, psicológicos e sociais, comprometendo a qualidade de vida da população negra idosa.
Sonderlund et al. (2022)	Elaborar um modelo para operacionalizar o racismo estrutural em pesquisas em saúde, com enfoque no encarceramento em massa.	Sistema prisional e saúde materno-infantil.	Os resultados evidenciaram que o encarceramento desproporcional da população negra constitui uma expressão do racismo estrutural, estando associado à ocorrência de desfechos adversos na saúde materno-infantil.
Anderson, Eisenberg e Zimmerman (2023)	Examinar a associação entre racismo estrutural e bem-estar de jovens nos Estados Unidos.	Desenvolvimento juvenil e qualidade de vida.	O estudo constatou que contextos marcados por desigualdades raciais comprometem significativamente o bem-estar, a saúde mental e o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes negros.
Brondolo, Kaur e Flores (2023)	Analisar os impactos do racismo estrutural sobre a saúde durante a pandemia da COVID-19 e discutir implicações para políticas públicas.	Pandemia e vulnerabilidades sociais.	A análise revelou que o racismo estrutural potencializou a exposição da população negra aos riscos sanitários e aprofundou desigualdades históricas relacionadas ao acesso e à qualidade da assistência em saúde.
Dyer et al. (2023)	Investigar a permanência dos efeitos do racismo estrutural em bairros norte-americanos.	Território e desigualdades urbanas.	Os autores demonstraram que a segregação espacial e a distribuição desigual de recursos urbanos perpetuam padrões históricos de exclusão, influenciando negativamente as

			condições de vida e saúde das comunidades negras.
Siegel e Wiklund (2023)	Examinar a relação entre o racismo estrutural em nível estadual e as disparidades em diferentes indicadores de saúde.	Determinantes estruturais da saúde.	Os achados evidenciaram que níveis mais elevados de racismo estrutural estão diretamente associados ao agravamento das disparidades raciais em diversos indicadores de morbidade e mortalidade.
Brown e Homan (2024)	Relacionar modelos teóricos de racismo estrutural aos métodos de mensuração das desigualdades em saúde.	Estratificação social e métodos analíticos.	O estudo ressaltou a importância do aperfeiçoamento dos instrumentos metodológicos empregados na investigação das desigualdades raciais, visando ampliar a compreensão dos mecanismos estruturais que condicionam os desfechos em saúde.
Martin et al. (2024)	Explorar a influência do racismo estrutural nos cuidados de fim de vida entre idosos afro-americanos.	Cuidados paliativos e envelhecimento.	A pesquisa evidenciou que barreiras institucionais e desigualdades historicamente construídas limitam o acesso da população negra idosa a cuidados paliativos adequados e humanizados.
Gonçalves et al. (2025)	Revisar os impactos do racismo estrutural sobre as experiências vividas por adolescentes afrodescendentes.	Desenvolvimento humano e saúde mental.	A revisão destacou que a exposição contínua ao racismo estrutural exerce efeitos negativos sobre o desenvolvimento neuropsicológico, a saúde mental e as perspectivas sociais de adolescentes afrodescendentes.
Kisa e Kisa (2025)	Investigar o racismo estrutural como causa fundamental das iniquidades em saúde.	Determinantes sociais e equidade em saúde.	Os autores concluíram que o racismo estrutural representa um determinante fundamental das iniquidades em saúde, sustentando desigualdades persistentes no acesso a recursos e oportunidades entre diferentes grupos raciais.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise dos estudos selecionados permitiu compreender que o racismo estrutural constitui um fenômeno multifacetado, capaz de influenciar diferentes dimensões da qualidade de vida da população negra. As evidências científicas apontam que as desigualdades raciais ultrapassam experiências individuais de discriminação e se consolidam por meio de mecanismos históricos, institucionais e sociais que afetam o acesso a direitos fundamentais.

Diante desse panorama, a discussão foi organizada em dois eixos centrais: os impactos do racismo estrutural sobre as condições de saúde e bem-estar da população negra e a relevância das políticas públicas e das estratégias institucionais para o enfrentamento das desigualdades raciais.

3.1 IMPACTOS DO RACISMO ESTRUTURAL SOBRE A SAÚDE E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA

Inicialmente, compreender a relação entre racismo estrutural e qualidade de vida exige reconhecer que as desigualdades raciais são produzidas e reproduzidas em diferentes esferas sociais. Ao discutirem os fundamentos conceituais do tema, Braveman et al. (2022) defendem que o racismo estrutural atua como um determinante social capaz de restringir oportunidades econômicas, educacionais e sanitárias, repercutindo diretamente sobre a saúde física e mental da população negra.

Sob essa perspectiva, Brown e Homan (2024) argumentam que os processos de estratificação racial contribuem para a manutenção de disparidades persistentes nos indicadores sociais. Os autores destacam que a distribuição desigual de recursos e privilégios compromete o acesso a condições adequadas de moradia, trabalho e educação, produzindo efeitos cumulativos ao longo da vida.

Corroborando essa interpretação, Kisa e Kisa (2025) identificam o racismo estrutural como uma das principais causas das iniquidades em saúde observadas entre grupos raciais. Segundo os pesquisadores, a exposição contínua a ambientes marcados pela exclusão social intensifica situações de vulnerabilidade e amplia as diferenças relacionadas à expectativa e à qualidade de vida.

No âmbito do desenvolvimento humano, Anderson, Eisenberg e Zimmerman (2023) demonstram que crianças e adolescentes negros inseridos em contextos caracterizados por desigualdades raciais apresentam maiores riscos para o desenvolvimento de problemas emocionais e psicossociais. Os autores ressaltam que a limitação do acesso a oportunidades interfere diretamente no bem-estar e na construção das trajetórias individuais.

De maneira semelhante, Gonçalves et al. (2025) evidenciam que adolescentes afrodescendentes vivenciam impactos negativos decorrentes da exposição contínua ao racismo estrutural. Conforme os autores, fatores relacionados à exclusão social e à discriminação influenciam o desenvolvimento neuropsicológico, comprometendo a saúde mental e a inserção social desses indivíduos.

No contexto da população idosa, Lafave et al. (2022) verificam que as experiências acumuladas de discriminação racial repercutem sobre indicadores físicos, emocionais e sociais. Os resultados apontam que o envelhecimento da população negra ocorre em condições marcadas por desigualdades históricas, capazes de afetar significativamente a qualidade de vida.

Complementando essa discussão, Martin et al. (2024) destacam que os efeitos do racismo estrutural permanecem presentes nos cuidados destinados aos idosos negros em situações de terminalidade. Segundo os autores, barreiras institucionais dificultam o acesso a cuidados paliativos adequados, comprometendo princípios relacionados à dignidade e à equidade em saúde.

No campo da saúde reprodutiva, Chambers et al. (2021) demonstram que mulheres negras enfrentam obstáculos estruturais em diferentes etapas da vida. As autoras identificam desigualdades no acesso aos

serviços de saúde, além de experiências marcadas por discriminação e inadequações assistenciais que afetam negativamente os desfechos maternos.

Paralelamente, Sonderlund et al. (2022) enfatizam que o encarceramento em massa da população negra representa uma manifestação concreta do racismo estrutural. A pesquisa revela que esse fenômeno ultrapassa a esfera jurídica e influencia indicadores relacionados à saúde materno-infantil, reforçando ciclos de vulnerabilidade social.

Em consonância com esses achados, Dyer et al. (2023) afirmam que a segregação espacial e a organização desigual dos territórios contribuem para a perpetuação das iniquidades. Os autores observam que comunidades negras frequentemente convivem com limitações no acesso a serviços essenciais, infraestrutura urbana e recursos destinados à promoção da saúde.

Além disso, Siegel e Wiklund (2023) demonstram que estados com maiores índices de racismo estrutural apresentam diferenças mais expressivas nos indicadores de morbidade e mortalidade entre populações negras e brancas. Tal constatação reforça a compreensão de que fatores institucionais exercem influência significativa sobre os resultados em saúde.

Durante a pandemia da COVID-19, Brondolo, Kaur e Flores (2023) verificaram que desigualdades historicamente construídas ampliaram a exposição da população negra aos riscos sanitários. Os autores destacam que condições precárias de trabalho, renda e moradia contribuíram para o agravamento das disparidades já existentes.

Por conseguinte, Homan e Brown (2022) acrescentam que mecanismos de exclusão política também interferem na distribuição de recursos públicos destinados à promoção da saúde coletiva. Segundo os pesquisadores, a limitação da participação política da população negra fortalece processos estruturais que perpetuam desigualdades sociais.

Dessa forma, observa-se ampla concordância entre os estudos ao reconhecerem que o racismo estrutural produz impactos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida da população negra. Embora os trabalhos analisados enfoquem diferentes grupos sociais e contextos específicos, todos convergem para a compreensão de que a desigualdade racial constitui um elemento central na produção de vulnerabilidades.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS, MENSURAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL E ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL

Considerando a complexidade das desigualdades raciais, torna-se imprescindível discutir os instrumentos necessários para compreender e enfrentar os efeitos do racismo estrutural. Nesse sentido, Chantarat, Van Riper e Hardeman (2021) argumentam que a mensuração desse fenômeno exige abordagens multidimensionais capazes de integrar aspectos econômicos, territoriais, políticos e sociais.

Sob o mesmo enfoque, Brown e Homan (2024) defendem o aperfeiçoamento metodológico das pesquisas voltadas às desigualdades em saúde. Os autores sustentam que a identificação dos mecanismos estruturais envolvidos na produção das iniquidades representa condição indispensável para a formulação de políticas públicas efetivas.

Adicionalmente, Homan, Brown e King (2021) destacam a importância da interseccionalidade como ferramenta analítica para compreender a sobreposição de diferentes formas de exclusão. Segundo os pesquisadores, fatores relacionados à raça, ao gênero e à condição socioeconômica interagem continuamente, ampliando as vulnerabilidades experimentadas por determinados grupos.

Nessa perspectiva, Braveman et al. (2022) defendem que o enfrentamento do racismo estrutural depende da implementação de ações institucionais articuladas. Os autores enfatizam que medidas isoladas apresentam alcance limitado diante da complexidade dos processos responsáveis pela manutenção das desigualdades raciais.

De modo convergente, Clark et al. (2022) identificam que políticas públicas voltadas para educação, habitação e assistência à saúde possuem potencial para reduzir disparidades históricas. Os pesquisadores ressaltam que intervenções estruturais podem produzir impactos positivos tanto sobre indicadores populacionais quanto sobre a qualidade de vida.

Ainda nesse debate, Homan e Brown (2022) observam que a ampliação da participação política da população negra constitui elemento estratégico para a promoção da equidade. Conforme os autores, mecanismos democráticos mais inclusivos favorecem a construção de políticas capazes de responder às necessidades específicas dos grupos historicamente marginalizados.

No âmbito territorial, Dyer et al. (2023) reforçam que a reorganização dos espaços urbanos representa uma dimensão fundamental do enfrentamento ao racismo estrutural. Os autores apontam que investimentos em infraestrutura, mobilidade e serviços públicos podem contribuir para reduzir desigualdades associadas à segregação residencial.

De maneira complementar, Siegel e Wiklund (2023) demonstram que diferentes contextos políticos e institucionais influenciam diretamente os indicadores de saúde. Os resultados sugerem que políticas regionais comprometidas com a redução das desigualdades raciais apresentam maior potencial para promover condições equitativas de vida.

No campo da saúde coletiva, Brondolo, Kaur e Flores (2023) argumentam que a pandemia evidenciou a necessidade de incorporar perspectivas antirracistas ao planejamento sanitário. Os autores defendem que estratégias futuras devem considerar os determinantes estruturais responsáveis pela distribuição desigual dos riscos e das vulnerabilidades.

Sob outra ótica, Chambers et al. (2021) ressaltam que políticas direcionadas à saúde reprodutiva das mulheres negras precisam contemplar as especificidades decorrentes das experiências de discriminação

acumuladas ao longo da vida. Tal posicionamento reforça a necessidade de abordagens sensíveis às particularidades dos diferentes grupos populacionais.

Da mesma forma, Anderson, Eisenberg e Zimmerman (2023) e Gonçalves et al. (2025) concordam que investimentos em educação, proteção social e saúde mental são fundamentais para minimizar os efeitos do racismo estrutural sobre crianças e adolescentes negros. Os autores reconhecem que a promoção do desenvolvimento saudável depende da redução das desigualdades sociais.

No que se refere ao envelhecimento, Lafave et al. (2022) e Martin et al. (2024) convergem ao afirmar que políticas voltadas à população idosa negra devem considerar os impactos acumulados do racismo ao longo do curso da vida. Segundo os estudos, a garantia de cuidados integrais e humanizados representa um componente essencial da equidade em saúde.

Por outro lado, Sonderlund et al. (2022) evidenciam que estratégias de enfrentamento ao encarceramento em massa e às desigualdades no sistema de justiça são indispensáveis para a redução das iniquidades sociais e sanitárias. Os autores destacam que o combate ao racismo estrutural requer intervenções que ultrapassem os limites do setor da saúde.

Finalmente, Kisa e Kisa (2025) reafirmam que a superação das desigualdades raciais depende do reconhecimento do racismo estrutural como causa fundamental das iniquidades em saúde. Em consonância com os demais estudos analisados, os autores defendem a integração entre produção científica, políticas públicas e ações institucionais como estratégia para promover melhores condições de vida para a população negra.

4 CONCLUSÃO

A presente revisão integrativa possibilitou compreender os impactos do racismo estrutural na qualidade de vida da população negra, evidenciando que esse fenômeno constitui um determinante social capaz de influenciar diferentes dimensões da vida coletiva e individual. Ao responder à pergunta norteadora proposta, constatou-se que o racismo estrutural repercute diretamente sobre as condições de saúde, o acesso a direitos fundamentais, a inserção social e as oportunidades disponíveis para a população negra, perpetuando desigualdades historicamente construídas.

No que se refere ao objetivo do estudo, que consistiu em analisar as repercussões sociais, econômicas e sanitárias do racismo estrutural sobre a qualidade de vida da população negra, os resultados demonstraram que as iniquidades raciais se manifestam em diferentes contextos, incluindo os sistemas de saúde, educação, habitação, trabalho e participação política. Tais fatores contribuem para a manutenção de condições desfavoráveis que comprometem o bem-estar e ampliam situações de vulnerabilidade.

Os estudos selecionados evidenciaram que crianças, adolescentes, mulheres e idosos negros experimentam, ao longo da vida, os efeitos acumulativos do racismo estrutural. Entre os principais achados identificados, destacam-se os impactos negativos sobre a saúde mental, o desenvolvimento neuropsicológico, a assistência materno-infantil, os cuidados paliativos e a qualidade dos serviços públicos ofertados, revelando a amplitude das consequências produzidas pelas desigualdades raciais.

Além disso, verificou-se consenso entre os autores quanto ao papel das instituições sociais na reprodução das disparidades observadas. Aspectos relacionados à segregação territorial, ao encarceramento em massa, à exclusão política e à distribuição desigual de recursos foram apontados como elementos centrais para a compreensão das iniquidades que afetam a população negra, reforçando a necessidade de abordagens intersetoriais para o enfrentamento desse problema.

Outro aspecto relevante identificado nesta investigação refere-se à importância das políticas públicas e das estratégias institucionais voltadas à promoção da equidade racial. As evidências analisadas indicam que intervenções nos campos da saúde, educação, assistência social e planejamento urbano possuem potencial para reduzir desigualdades históricas, desde que fundamentadas em perspectivas antirracistas e comprometidas com a garantia dos direitos da população negra.

Adicionalmente, a revisão revelou a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos metodológicos empregados na mensuração do racismo estrutural, considerando a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno. O desenvolvimento de indicadores mais abrangentes poderá contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para a ampliação do conhecimento científico acerca dos mecanismos que sustentam as desigualdades raciais.

Por fim, sugere-se a realização de pesquisas futuras que investiguem os impactos do racismo estrutural no contexto brasileiro a partir de estudos longitudinais e abordagens interseccionais, contemplando fatores como gênero, faixa etária, território e condições socioeconômicas. O aprofundamento dessas discussões poderá fortalecer a produção científica e subsidiar ações voltadas à construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com a promoção da equidade racial.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, N. W.; EISENBERG, D.; ZIMMERMAN, F. J. Structural racism and well-being among young people in the U.S. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 65, n. 5, p. 725–733, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989.

BRASIL. **Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n.os 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 992, de 13 de maio de 2009**. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 maio 2009.

BRAVEMAN, P. et al. Systemic and structural racism: definitions, examples, health damages, and approaches to dismantling. **Health Affairs**, v. 41, n. 2, p. 171–178, 2022.

BRONDOLO, E.; KAUR, A.; FLORES, M. Structural racism and health in the age of COVID-19: a selective review with policy implications. **Social Issues and Policy Review**, v. 17, n. 1, p. 265–296, 2023.

BROWN, T.; HOMAN, P. A. Structural racism and health stratification: connecting theory to measurement. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 65, n. 2, p. 179–196, 2024.

CHAMBERS, B. D. et al. Black women's perspectives on structural racism across the reproductive lifespan: a conceptual framework for measurement development. **Maternal and Child Health Journal**, v. 25, n. 3, p. 402–413, 2021.

CHANTARAT, T.; VAN RIPER, D. C.; HARDEMAN, R. The intricacy of structural racism measurement: a pilot development of a latent-class multidimensional measure. **EClinicalMedicine**, v. 40, art. 101092, 2021.

CLARK, E. et al. Structural interventions that affect racial inequities and their impact on population health outcomes: a systematic review. **BMC Public Health**, v. 22, art. 2242, 2022.

DYER, Z. et al. Measuring the enduring imprint of structural racism on American neighborhoods. **Health Affairs**, v. 42, n. 10, p. 1477–1485, 2023.

GONÇALVES, C. et al. **A review of the impact of structural racism on lived experiences of adolescents of African descent**: implications for development, brain structure, and health. *Neuropsychopharmacology*, 2025.

HOMAN, P. A.; BROWN, T. Sick and tired of being excluded: structural racism in disenfranchisement as a threat to population health equity. **Health Affairs**, v. 41, n. 2, p. 219–227, 2022.

HOMAN, P. A.; BROWN, T.; KING, B. M. Structural intersectionality as a new direction for health disparities research. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 62, n. 3, p. 350–370, 2021.

KISA, A.; KISA, S. Structural racism as a fundamental cause of health inequities: a scoping review. **International Journal for Equity in Health**, v. 24, 2025.

LAFAVE, S. et al. Racism and older Black Americans' health: a systematic review. **Journal of Urban Health**, v. 99, n. 1, p. 120–137, 2022.

MARTIN, A. N. et al. Exploring the impact of structural racism on end of life care among older African Americans: an oral history approach (GP124). **Journal of Pain and Symptom Management**, v. 67, n. 5 Suppl., 2024.

SIEGEL, M.; WIKLUND, E. The relationship between state-level structural racism and disparities between the non-Hispanic Black and non-Hispanic White populations in multiple health outcomes. **Journal of the National Medical Association**, v. 115, n. 2, p. 148–158, 2023.

SONDERLUND, A. L. et al. A comprehensive framework for operationalizing structural racism in health research: the association between mass incarceration of Black people in the U.S. and adverse birth outcomes. **SSM – Population Health**, v. 19, art. 101225, 2022.